

7 de Janeiro de 2008

Parecer sobre o novo Programa de Matemática do Ensino Básico

1. Foi homologado o novo Programa de Matemática do Ensino Básico depois de uma discussão pública sobre o Projecto de Reajustamento de 1 de Julho de 2007. A Sociedade Portuguesa de Matemática produziu em devida altura (3/10/2007) um parecer muito crítico sobre o projecto. A nossa apreciação, que se anexa, mantém-se no essencial, pois o novo documento agora homologado não difere grandemente do documento colocado à discussão pública.

2. No entanto, é de salientar que as críticas que a SPM e outras entidades e profissionais formularam tiveram algum efeito neste documento final. Assim, *alguns erros mais gritantes do documento original foram corrigidos*. Sublinhamos, a título de exemplo, a correcção parcial dos seguintes aspectos que na altura apontámos:

- *inexistência de restrições ao uso da calculadora*: foi acrescentado, no que se refere ao 1º ciclo “que a calculadora não deve ser utilizada, pelos alunos, para a execução de cálculos imediatos ou que se efectuam facilmente usando estratégias de cálculo mental”;

- *apologia das notações não convencionais*: foi algo relativizada neste documento a possibilidade de os alunos desenvolverem as suas próprias notações, sublinhando-se o facto de essas notações serem temporárias e de ser necessário caminhar para as notações convencionais (p. 9);

- *avaliação*: foi corrigida a ideia absurda de que «a avaliação deve [...] centrar a sua ênfase no que os alunos sabem, o que são capazes de fazer, e como o fazem, em vez de focar-se no que não sabem.» (pp. 12, 13);

3. Consideramos que há alguns aspectos em que o Programa prolonga erros pedagógicos ou não os corrige como deveria. Salientamos os seguintes aspectos centrais:

Uso da Calculadora.

A Sociedade Portuguesa de Matemática tem defendido insistentemente que a calculadora pode e deve desempenhar algum papel no ensino, embora apenas muito ocasionalmente nos primeiros anos do Ensino Básico. E tem sublinhado que a calculadora não deve estar à disposição do aluno para seu uso indiscriminado. Ela pode ter um papel quando o professor assim o entender. Mas é importantíssimo sublinhar que enquanto se está a aprender a tabuada e as operações elementares o recurso à calculadora deve ser impedido.

Seria importante que este documento sublinhasse claramente este ponto e não sobrevalorizasse a importância da calculadora ao ponto de a considerar obrigatória no 1º ciclo, onde ela apenas deve ter, se tiver, uma presença ocasional.

Metas pouco claras.

Ao contrário do que seria de esperar, este documento não apresenta metas claras e verificáveis para as diversas etapas. Rejeita-se a apresentação de «um roteiro possível de temas e tópicos a trabalhar por se considerar que na sua definição as escolas e agrupamentos têm um papel importante a desempenhar.» (p. 4). Discordamos deste ponto de vista. Apesar da desejável e saudável autonomia das escolas, seria importante que o programa apresentasse uma listagem de etapas a atingir. O estado actual do ensino e das escolas necessita de recomendações objectivas e precisas, se possível especificadas ano a ano. É absolutamente indispensável que os professores e as escolas trabalhem com metas claras, incluindo os conhecimentos e capacidades que os alunos devem alcançar etapa a etapa.

Assim, na presente forma, o documento não constitui um apoio claro e preciso, de consulta simples e directa para o professor. Inclui um amontoado de recomendações, algumas ambíguas, outras de hierarquia confusa, muitas redundantes, algumas repetitivamente apresentadas.

Pouca atenção aos algoritmos.

Algumas recomendações referentes aos algoritmos, em particular, são preocupantes. Mantém-se alguma aversão aos algoritmos tradicionais para as operações elementares — sendo estes, afinal, os mais simples e rápidos e os menos susceptíveis de erro. Insiste-se em que os alunos usem «formas de cálculo escrito informais» e construam «os seus próprios algoritmos» (p. 14). Defende-se que o na «aprendizagem dos algoritmos, o tempo utilizado para desenvolver a sua compreensão gradual é compensado por depois ser necessário menos tempo para o seu treino» (p. 14) — o que é completamente arbitrário e não encontra fundamento nas recomendações da psico-pedagogia moderna.

O Programa continua a insistir em demasia em procedimentos *ad hoc* e protela a memorização da tabuada e o treino dos algoritmos tradicionais. Assim, prolongam-se as deficiências de cálculo e prejudicam-se os automatismos. São dificuldades que se arrastam pela vida fora e que os alunos deveriam enfrentar e ultrapassar cedo.

4. Em síntese, a SPM considera que o Programa aprovado corrigiu vários erros do programa anterior e alguns erros mais gritantes da proposta original de 4 de Julho deste ano. Julgamos, no entanto, que se mantêm alguns erros de orientação.

Infelizmente, o novo programa continua *a exceder-se em recomendações pedagógicas*, prolongando-se por páginas e páginas de considerandos vagos e pouco úteis ao trabalho dos professores. Em contrapartida, é *pouco claro nas metas e na definição dos conhecimentos e capacidades* que os estudantes devem adquirir etapa a etapa. Não é ainda um documento de trabalho de uso fácil e directo, de onde os professores e os autores de manuais possam retirar orientações claras e precisas.

É com este novo documento que agora escolas e professores vão trabalhar. Espera-se que a experiência e o bom senso dos professores e de outros profissionais permitam que se corrijam na prática as insuficiências do documento, pondo em prática os aspectos positivos que o mesmo inelutavelmente insere.

Parecer da SPM sobre o documento colocado à discussão pública para Reajustamento do Programa de Matemática do Ensino Básico de 1 de Julho de 2007:
http://www.spm.pt/files/ParecerSPM_ReajustBasicoOut2007_3_Correc.pdf

Para mais informações:

Gabinete de Comunicação da SPM: Renata Ramalho, 21 795 1219 / 960 131 220,
imprensa@spm.pt